

Fiscalização do CRO flagra falso dentista em Cáceres

Fiscais do Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso (CRO-MT), acompanhados da Polícia Militar, encaminharam, na tarde do dia 11 de maio, para a Delegacia da Polícia Civil, no município de Cáceres, o técnico em saúde bucal C.A.X., detido, em flagrante, por atuar ilegalmente como cirurgião-dentista.



O técnico chegou a atender o próprio fiscal do CRO-MT. Fiz um orçamento com ele, e isso é prerrogativa de um cirurgião-dentista. Somente esse profissional é habilitado para dizer a um paciente qual o tipo de tratamento a que ele deve ser submetido, explica o responsável pelo setor de fiscalização do CRO, Renato Moraes.

A ação foi deflagrada após denúncias feitas ao Conselho. Na clínica, que funciona no centro de Cáceres, atende um cirurgião-dentista que agora será notificado. “Vamos notificar o responsável técnico por acobertamento de exercício irregular da profissão”, afirma Moraes.

Renato Moraes conta que, após o flagrante, C.A.X. alegou que, com supervisão, ele poderia fazer procedimentos. “Ele alega que com supervisão ele pode fazer isso, mas não pode! Ele não é cirurgião-dentista. Não está apto para fazer avaliações”, reforçou, explicando que mesmo C.A.X. sendo estudante de odontologia ele faz o terceiro semestre em uma faculdade privada, no mesmo município, é proibido de fazer qualquer procedimento que compete a um profissional.

“Temos como procedimento que, assim que for constatada a prática ilegal da Odontologia notificamos o fato à autoridade policial. Este tipo de crime deve ser fiscalizado pela polícia. Como, no caso, a pessoa é inscrita no CRO como técnico de saúde bucal, vamos instaurar um procedimento para apurar e tomar as providências cabíveis”, explica o presidente do CRO-MT, Luiz Evaristo Ricci Volpato.

Quanto ao responsável técnico pela clínica, Volpato informa que, após a notificação, ele será objeto de procedimento ético, no qual terá todas as garantias da ampla defesa, conforme preconiza a Constituição Federal e as diretrizes basilares que orientam os processos administrativos julgados pelo

Qualquer pessoa que tenha alguma suspeita sobre exercício irregular da profissão pode entrar em contato com o Conselho pelos telefones 0800 723 2510 e (65) 3644-2002, por e-mail (fiscal@cromt.org.br) ou por meio do site do CRO-MT (<http://www.cromt.org.br/denuncia>), de forma anônima.

Legislação: de acordo com a Lei 5.081/66, o exercício da Odontologia só poderá ser praticado por cirurgiões-dentistas habilitados, com diploma de graduação e registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO) do estado. O Código Penal, no artigo 282, pune o exercício ilegal da Odontologia sem habilitação ou diploma com uma pena de seis meses a dois anos de prisão e cumulada à multa.

Entidades unem-se para pedir mais segurança para os CEOs de Cuiabá

Centros de Especialidade Odontológicas vem sendo alvo de assaltos. Algumas já suspenderam atendimento noturno, prejudicando o atendimento à população.



O Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso (CRO-MT), o Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso (Sinodonto-MT), e o Sindicato dos Trabalhadores Auxiliares e Técnicos em Saúde Bucal do Estado de Mato Grosso (Sintautesb) manifestaram-se no dia 11 de maio, via nota pública enviada aos órgãos competentes, solicitando mais segurança às clínicas odontológicas e centros de especialidade odontológica (CEOs), que são de responsabilidade do Poder Executivo Municipal. A nota foi enviada à Prefeitura de Cuiabá e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, cobrando providências.

“O poder público tem que garantir segurança aos profissionais que trabalham no serviço público. Não só aos profissionais, mas também aos pacientes. Um profissional que não tem segurança para trabalhar, não vai poder proporcionar um melhor tratamento para o munícipe, e ele terá limitada as opções para buscar tratamento”, alerta o presidente do Conselho Regional de Odontologia, Luiz Evaristo Ricci Volpato.

Hoje existem sete CEOs e três clínicas odontológicas na capital (CPA, Coxipó e Jardim Leblon) com uma média de 25 profissionais (entre cirurgiões-dentistas, auxiliares e técnicos bucais, recepcionistas, entre outros) trabalhando por turno, nos locais.

Do total de CEOs, cinco atendem nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) nos bairros Verdão, Dom Aquino, Planalto, Jardim Vitória e Tijucal. Contudo, a falta de segurança faz com que os profissionais sintam-se acuados e desprotegidos.

Todos são prejudicados com o encerramento do turno noturno. O dentista, que perde aquele posto de trabalho, mas, principalmente, a população, o trabalhador, que tem naquele momento da noite a oportunidade de buscar um tratamento sem interferir no horário de trabalho dele.

“O fato de contratar um segurança para ficar em uma clínica garante não só segurança para os que trabalham na clínica e para o usuário, mas está dando também a oportunidade de atenção à saúde, de assistência odontológica, aos trabalhadores que não tem outro momento para buscar o tratamento. Ao contratar um vigia, ao garantir a segurança, você melhora a saúde das pessoas. A saúde é intersetorial. É preciso atuar em vários setores, para garantir a saúde”, afirma Volpato.

A nota foi motivada após um assalto acontecido nessa semana, no CEO do bairro Jardim Vitória, em Cuiabá. Quatro homens encapuzados e armados invadiram a clínica odontológica. O grupo rendeu o guarda e levou todos os pertences das 15 pessoas que estavam no local, e também dos funcionários. Segundo relatos dos próprios servidores, os bandidos foram bastante violentos.

“O fechamento do turno noturno, como já aconteceu em algumas unidades, impacta na diminuição de frentes de trabalho, além de limitar a possibilidade de atendimento à população que trabalha durante o dia. No Jardim Leblon, há algum tempo, um traficante jogou gasolina e pôs fogo na unidade. No CPA, o turno noturno também foi encerrado. No Osmar Cabral e no Pascoal Ramos, já há um compromisso do atual prefeito de abrir os turnos noturnos, mas a segurança precisa ser garantida”, afirma a presidente do Sindicato de Odontologia, Juliane Maciel.

“Os servidores estão sob medo constante. Não podemos sujeitar nossos profissionais a isso, e muito menos a população. A segurança precisa ser garantida”, reforça a presidente do Sintautesb, Edy Rosa.

O CRO-MT, o Sinodonto-MT e o Sintautesb-MT têm consciência da importância e relevância social dos CEOs e clínicas odontológicas mantidos pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, assim como sua razão social que presume o atendimento da população que vive em regiões carentes da capital. Todavia, solicitamos que a segurança dos profissionais, servidores e pacientes seja uma prioridade do poder público, assim como a iluminação pública das regiões onde os CEOs e clínicas odontológicas estão mantidos, e pedimos contínua presença policial, além da vigilância armada nos locais, diz trecho da nota.

Prazo para requisição de registros de habilitação é estendido até 31 de julho



Os cirurgiões-dentistas que desejam requerer a inscrição no Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso (CRO-MT), como habilitado em Odontologia Hospitalar, têm até 31 de julho. O prazo foi prorrogado pelo plenário do Conselho Federal de Odontologia (CFO), em reunião realizada em Brasília.